



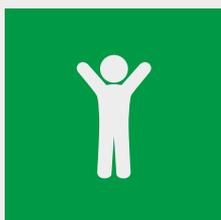
Relatório de Gestão

2021



7 PRINCÍPIOS DO

Cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Intercooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e a sua empresa



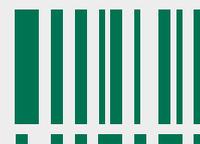
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos de Cobranças



Maquininha de Cartão



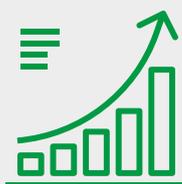
Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência Privada



Conta Kids



App CrediSIS



Internet Banking



Caixas Eletrônicos



Pix



Área de atuação CrediSIS





Empatia
Confiança
Relacionamento
Sustentabilidade
Empreendedorismo

#issoésercooperativa

SUMÁRIO



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações.....	8
Demonstrações Financeiras	
Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações do resultado.....	12
Demonstrações do resultado abrangente.....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional.....	16
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.....	17
3 Caixa e equivalentes de caixa.....	21
4 Relações interfinanceiras.....	21
5 Operações de crédito.....	22
6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	23
7 Investimentos.....	24
8 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações.....	24
9 Depósitos.....	25
10 Outras obrigações.....	26
11 Passivos contingentes.....	26
12 Ingressos de prestação de serviços.....	28
13 Patrimônio Líquido.....	28
14 Outros ingressos operacionais.....	29
15 Dispêndios administrativos.....	29
16 Dispêndios de pessoal e honorários.....	29
17 Outros dispêndios operacionais.....	29
18 Seguros Contratados.....	30
19 Resultado não recorrente.....	30
20 Partes relacionadas.....	30
21 Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.....	31



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Credisis Cooperufpa - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respectivos Funcionários no Estado do Pará - Belém PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Credisis Cooperufpa - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respectivos Funcionários no Estado do Pará. (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credisis Cooperufpa - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respectivos Funcionários no Estado do Pará. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

► Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

► Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 11 de fevereiro de 2022

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3 S "PA"



Hélio Mazzi Júnior

CRC 1SP189107/O-3 S "RO"



Julio Cesar Dias

CRC 1SP322496/O-1 S "PA"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Em reais

	Nota	2021	2020
Ativo Circulante		26.028.787	25.084.559
Disponibilidades	3	479.298	992.201
Instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	4	18.940.732	18.585.461
Operações de crédito	5	6.718.983	6.150.770
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.073.799)	(995.551)
Outros créditos		955.215	340.348
Outros valores e bens		8.358	11.330
Não Circulante		9.468.997	8.642.014
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Operações de crédito	5	7.678.695	6.431.862
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.050.583)	(876.455)
Investimentos	7	1.117.813	1.020.865
Imobilizado de uso	8	2.856.134	2.802.506
Intangível	8	4.934	-
(-) Depreciações e amortizações	8	(1.137.996)	(736.764)
Total do Ativo		35.497.784	33.726.573
	Nota	2021	2020
Passivo Circulante		5.699.943	6.083.809
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	9	1.747.498	1.831.085
Outras obrigações	10	3.952.445	4.252.724
Patrimônio Líquido	12	29.797.841	27.642.764
Capital social		19.747.294	19.102.253
Reserva de sobras		8.876.074	7.710.120
Sobras acumuladas		1.174.473	830.391
Total do passivo e patrimônio líquido		35.497.784	33.726.573

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Nota	2021	2020
		2º Semestre	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		2.009.930	3.704.708
Operações de crédito	5a	5.201.928	2.888.162
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	11	-	257.852
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	324.156	816.546
Dispêndios da intermediação financeira		(546.639)	(781.208)
Operações de captação no mercado	9	(46.932)	(67.367)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		-	(112)
Provisão para perdas em operações de crédito	6b	(499.707)	(713.841)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.463.291	2.923.500
Outros ingressos operacionais		2.091.210	4.600.780
Ingressos de prestação de serviços	13	1.996.182	4.082.495
Outros ingressos operacionais	14	95.028	518.285
Outros (dispêndios) operacionais		(2.534.138)	(5.044.463)
Dispêndios administrativos	15	(892.407)	(1.820.908)
Dispêndios de pessoal e honorários	16	(1.432.202)	(2.802.571)
Dispêndios de depreciação e amortização		(202.122)	(401.232)
Outros dispêndios operacionais		(7.407)	(19.752)
Resultado antes da tributação		1.020.363	2.479.817
Imposto de renda e contribuição social		(94.441)	(225.760)
Sobra líquida do semestre/exercícios		925.922	1.850.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

		2021	2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	925.922	2.254.057	1.850.910
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	925.922	2.254.057	1.850.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

Reservas de sobras

	Capital Social	Reserva legal	Fundo de contingências	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	17.996.614	5.820.569	-	1.612.754	25.429.937
Aumento de reserva com sobras	1.612.754	1.612.754	-	(1.612.754)	-
Integralização/subscrição de capital	-	-	-	-	2.044.289
Devoluções de capital	-	-	-	-	(938.650)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	1.850.910	1.850.910
Destinação da reserva legal	276.797	276.797	-	(276.797)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(276.797)	(276.797)
FATES - não cooperados	-	-	-	(466.925)	(466.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.102.253	7.710.120	-	830.391	27.642.764
Aumento de reserva com sobras	-	-	830.391	(830.391)	-
Integralização/subscrição	1.761.416	-	-	-	1.761.416
Devoluções de capital	(1.116.375)	-	-	-	(1.116.375)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	2.254.057	2.254.057
Destinação da reserva legal	-	335.563	-	(335.563)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(167.782)	(167.782)
FATES - não cooperados	-	-	-	(576.239)	(576.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.747.294	8.045.683	830.391	1.174.473	29.797.841
Saldos em 1º de julho de 2021	19.077.417	7.710.120	830.391	1.328.135	28.946.063
Integralização/subscrição de capital	859.296	-	-	-	859.296
Devoluções de capital	(189.419)	-	-	-	(189.419)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	925.922	925.922
Destinação da reserva legal	-	335.563	-	(335.563)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(167.782)	(167.782)
FATES - não cooperados	-	-	-	(576.239)	(576.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.747.294	8.045.683	830.391	1.174.473	29.797.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

		2021	2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(975.845)	(647.163)	18.255.751
Sobra ajustada do semestre/exercícios	1.627.751	3.369.130	2.711.332
Sobra líquida do semestre/exercícios	925.922	2.254.057	1.850.910
Provisão para perdas em operações de crédito	499.707	713.841	471.876
Depreciações e amortizações	202.122	401.232	388.546
Redução (aumento) nos ativos	(2.056.559)	(2.888.406)	15.957.386
Títulos e valores mobiliários	-	-	15.400.240
Operações de crédito	(1.832.441)	(2.276.511)	524.717
Outros créditos e outros valores e bens	(224.118)	(611.895)	32.429
(Redução) nos passivos	(547.037)	(1.127.887)	(412.967)
Depósitos	(195.193)	(83.587)	252.863
Outras obrigações	(351.844)	(1.044.300)	(665.830)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(85.313)	(155.510)	(315.310)
Aumento de investimentos	(48.474)	(96.948)	(203.782)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(36.839)	(58.562)	(111.528)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	669.877	645.041	1.105.639
Integralização/subscrição de capital	859.296	1.761.416	2.044.289
Devoluções de capital	(189.419)	(1.116.375)	(938.650)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(391.281)	(157.632)	19.046.080
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	19.811.311	19.577.662	531.582
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	19.420.030	19.420.030	19.577.662

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais



1 Contexto Operacional

A Credisis Cooperufpa - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respectiveos Funcionários no Estado do Pará. ("Cooperativa"), fundada em 4 de novembro de 1992, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 3 de novembro de 1992, através do registro sob nº 83.325.811/0001-90.

A Cooperativa está sediada na Avenida Generalissimo Deodoro, nº 514, em Belém PA, e tem sua área de ação nos municípios de Belém, Barcarena, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. Além dos Municípios que possuem dependências das Instituições Federais e Estaduais de Ensino no Estado do Pará, a saber: UFPA – Abaetetuba, Altamira, Bragança, Capanema, Castanhal, Cametá, Marabá, Tucuruí e Bom Jesus do Tocantins; UFRA – Igarapé-Açú, Capitão Poço, Parauapebas e Paragominas; UFOPA – Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e Oriximiná; IFPA – Breves, Conceição do Araguaia e Vigia; e UEPA – São Miguel do Guamá, Moju, Redenção e Salvaterra.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados, com empréstimos e em convênios diversos e a assistência aos cooperados e aos funcionários, bem como aos dependentes legais destes, utilizando recursos do FATES, conforme normas que forem estabelecidas pelo Conselho de Administração, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015. É filiada à Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de COOPERUFPA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respectiveos Funcionários no Estado do Pará, para Credisis Cooperufpa - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus Respectiveos Funcionários no Estado do Pará.

No país, o surto da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas por governos em países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia, impactaram significativamente os negócios. O Sistema Credisis, preocupado também com a saúde financeira de seus cooperados e visando amenizar o momento delicado da pandemia e no intuito de minimizar os impactos da crise e para ajudar os cooperados, passou a ofertar linhas de crédito específicas com taxas reduzidas como “Ajuda Covid, Empréstimos Covid, Parcelamento Fatura Cartão de Crédito/Pandemia, Crediampe”, ofertar aos cooperados a possibilidade de renegociar seus contratos vencidos e opção de prorrogação de parcelas em até 90 (noventa) dias com a linha de crédito Renegociação-COVID. Com essas novas linhas de crédito, haverá oportunidade de a Cooperativa ampliar seu quadro social, possibilitando a captação de novos cooperados e oferecendo produtos e serviços mais vantajosos que em instituições financeiras bancárias.

No Sistema Credisis, o percentual de atingimento segmentado por pessoa física e pessoa jurídica com as linhas destinadas a ajuda covid foi de 89% para PF e 11% para PJ e o volume em das carteiras de crédito foi de mais de R\$ 240 milhões, no exercício de 2021.

O Impacto mais relevante que o Sistema sofreu foi o aumento exponencial dos recursos centralizados, que apresenta aspectos positivos, pela alta disponibilidade de recursos e aspectos negativos, por terem maior predominância no depósito à vista, que é um recurso volátil.

Nas cooperativas do Sistema Credisis, os colaboradores de grupo de riscos tiveram revezamento e alteração no regime de trabalho para home office, além das ações de distanciamento social, uso de máscara, álcool em gel e sanitização frequente dos ambientes de trabalho.



2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a) Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de fevereiro de 2022, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

b) Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b.2) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.5) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.6) Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.7) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

b.8) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

b.9) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

b.10) Depósitos

Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.11) Relações interfinanceiras – passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.12) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.13) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.14) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.15) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme Medida Provisória nº 1.034/21.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

b.16) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.



3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	479.298	992.201
Relações interfinanceiras (nota 4)	18.940.732	18.585.461
	19.420.030	19.577.662

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.



4 Relações interfinanceiras

Descrição	2021	2020
Centralização financeira (nota 3)	18.940.732	18.585.461

Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Credisis - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações com cumprimento da reserva de liquidez, e as aplicações excedentes são remuneradas com 98% do CDI. Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 816.546 (R\$ 69.089 em 2020).



5 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	6.718.983	7.678.695	14.397.678	6.150.770	6.431.862	12.582.632

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 2.888.162 (R\$ 3.378.353 em 2020).

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2021			2020		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	4.040.714	4.040.714		5.761.288	5.761.288
B	1,0	5.487	774.367	779.854	1.543	1.794.362	1.795.905
C	3,0	26.212	5.257.808	5.284.020	4.394	1.310.011	1.314.405
D	10,0	12.712	1.012.757	1.025.469	6.795	691.034	697.829
E	30,0	26.322	1.389.398	1.415.720	25.390	1.351.408	1.376.798
F	50,0	15.185	513.226	528.411	4.776	386.370	391.146
G	70,0	44.086	546.258	590.344	21.642	437.868	459.510
H	100,0	94.251	638.895	733.146	87.920	697.831	785.751
		224.255	14.173.423	14.397.678	152.460	12.430.172	12.582.632

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Descrição	2021	2020
2022		3.372.762
2023	3.579.239	1.682.764
2024	2.076.453	873.311
2025	1.282.144	353.769
2026 a 2029	740.859	149.256
	7.678.695	6.431.862

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 4.423.552 (R\$ 4.448.812 em 2020). Em 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 451.435 (R\$ 298.491 em 2020), registrados em outros ingressos operacionais (nota 14).



6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Composição por tipo de operação

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(1.073.799)	(1.050.583)	(2.124.382)	(995.551)	(876.455)	(1.872.006)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldo inicial	(1.872.006)	(2.180.238)
Créditos baixados para prejuízo	461.465	723.514
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(713.841)	(471.876)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 14)	-	56.594
Saldo final	(2.124.382)	(1.872.006)



7 Investimentos

	2021	2020
Descrição		
CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	1.117.813	1.020.865



8 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

			2021	2020
Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de uso				465.236
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	645.178	(186.638)	458.540
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	60.436	(8.816)	51.620
Imóveis	4%	2.150.520	(942.420)	1.208.100
		2.856.134	(1.137.874)	1.718.260
Intangível				
Software	20%	4.934	(122)	4.812
		2.861.068	(1.137.996)	1.723.072
				2.065.742



9 Depósitos

	2021	2020
Descrição		
Depósitos a prazo	1.747.498	1.831.085

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2021, foram registrados R\$ 67.367 (R\$ 41.146 em 2020) no resultado em operações de captação no mercado.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013.



10 Outras obrigações

	2021	2020
Descrição		
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	6.447	1
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	233.558	180.000
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	3.347.479	3.027.624
	3.581.037	3.207.624
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	163.892	160.471
Diversas:		
Cheques administrativos	14.898	3.462
Provisão para pagamentos a efetuar	184.100	879.276
Credores diversos no País	2.071	1.890
	201.069	884.628
	3.952.445	4.252.724

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.



11 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.



12 Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 2.883 e 3.138 cooperados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No exercício de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.761.416 (R\$ 2.044.289 em 2020), e também ocorreram devoluções em 2021, no montante de R\$ 1.116.375 (R\$ 938.650 em 2020) proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 19.747.294 e de R\$ 19.102.253 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2021 e de 2020, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

	2021	2020
Descrição		
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	2.254.057	1.850.910
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)	(335.563)	(276.797)
FATES (ii)	(167.782)	(276.797)
Transferido para FATES	(576.239)	(466.925)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.174.473	830.391

c) Reserva para contingências

Tem como finalidade garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa em face de eventualidades ou desembolso monetário decorrentes do risco da intermediação dos convênios com planos de saúde e odontológicos e contratos com terceiros nos quais configurem a Cooperufpa como intermediária e que exponha a cooperativa a processos civis e administrativas. Tem como premissas salvaguardar os serviços prestados por esta cooperativa contra os riscos e despesas que sejam causados por falhas tecnológicas, humanas, naturais ou técnicas, que possam resultar em ônus financeiros com impacto no patrimônio da Cooperativa, e que garantam a continuidade e operacionalização do sistema.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2021, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020 para o Fundo de Contingências (R\$ 830.391).



13 Ingressos de prestação de serviços

Descrição	2º semestre	2021	2020
		Exercício	Exercício
Rendas de tarifas	1	1.331	5.488
Outros serviços	1.996.181	4.081.164	3.230.189
	1.996.182	4.082.495	3.235.677



14 Outros ingressos operacionais

Descrição	2º semestre	2021	2020
		Exercício	Exercício
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5d)	46.588	451.435	298.491
Recuperação de encargos e despesas	48.440	66.850	190.170
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6b)	-	-	56.594
	95.028	518.285	545.255



15 Dispêndios administrativos

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio despesas Central	(444.793)	(1.042.605)	(876.596)
Comunicações	(39.828)	(86.480)	(97.562)
Serviços do sistema financeiro	(38.920)	(80.249)	(96.842)
Serviços técnicos especializados	(22.329)	(48.987)	(64.949)
Manutenção, conservação de bens e material	(23.647)	(36.266)	(57.834)
Processamento de dados	(18.000)	(36.000)	(36.000)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(4.227)	(6.389)	(5.311)
Água, energia e gás	(3.514)	(6.330)	(16.983)
Transporte	(611)	(1.595)	(3.321)
Outros	(296.538)	(476.007)	(344.329)
	(892.407)	(1.820.908)	(1.599.727)



16 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(825.998)	(1.559.972)	(1.611.217)
Honorários e cédulas de presença	(357.022)	(714.044)	(689.700)
Encargos sociais	(248.652)	(518.970)	(524.581)
Benefícios a empregados	(530)	(9.585)	(46.760)
	(1.432.202)	(2.802.571)	(2.872.258)



17 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



18 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.



19 Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2021	2020
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	857.196	327.944
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	1.448.614	1.439.480
Patrimônio líquido		
Capital social	176.059	196.508
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	72.215	69.866
Dispêndio com captações	49.847	73.174
Benefícios:		
Honorários	633.022	608.678
Cédulas de presença	81.022	81.022



20 Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

A Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico-financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de cooperados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2021	2020
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 4)	18.940.732	18.585.461
Ativo permanente		
Investimentos (nota 7)	1.117.813	1.020.865
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos com intermediação financeira (nota 4)	816.546	69.089
Operações de empréstimos, cessões e repasses (nota 11)	-	(112)
Dispêndios administrativos (nota 16)	(1.042.605)	(876.596)
Outros dispêndios operacionais (nota 18)	(14.814)	(104.231)

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.



21 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 1/3/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

O Sistema CrediSIS conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital centralizada e implementada pela CrediSIS Central, que está enquadrada no segmento 4 (S4) e suas filiais no segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017. A estrutura é aderente às normas vigentes, compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, em conformidade com a regulação de cada segmento determinadas pelas Resoluções 4.557/2017 (S4) e 4.606/2017 (S5) do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos esperados e inesperados, assegurando a solidez e perenidade do sistema.

O Sistema CrediSIS considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. O relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, no caminho "Sobre o CrediSIS/Normativos e legislações/Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital". De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos são:

a) Gestão de Continuidade do Negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as ocorrências de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades do Sistema CrediSIS.

b) Gestão do risco de crédito

A estrutura de gestão do risco de crédito está em conformidade com as normas vigentes e objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando os riscos a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Mensalmente a ferramenta de gestão é alimentada com as informações das operações de crédito realizadas pela CrediSIS Central e filiais gerando indicadores que auxiliam nas tomadas de decisões.

c) Gestão do risco de mercado

Periodicamente nossas posições são marcadas a mercado e enviadas ao Banco Central do Brasil. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira.

d) Gestão do risco de operacional

Para gerenciamento do risco operacional são utilizados os processos de mapeamento, registro de ocorrências, registro de perdas e criação dos planos de ação de acordo com o estabelecido na Política de Gestão Integrada de Riscos e Gerenciamento de Capital. A estrutura está em conformidade com as normas vigentes e objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados às falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.

e) Gestão do risco de liquidez

O Sistema CrediSIS tem como base para gerenciamento do risco de liquidez a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a qual define regras e percentuais mínimos, adicionais e redutores de recursos que devem ser mantidos na CrediSIS Central pelas suas filiadas, a fim de garantir a liquidez diária.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez, mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações e sem incorrer em perdas, sempre preservando o casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

f) Gestão do risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental está em conformidade com as normas vigentes e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

O Sistema CrediSIS ratifica o compromisso da instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, incorporando as diretrizes de responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico, fomentando inovações e adequações aos negócios, considerando os princípios de sustentabilidade e promovendo práticas sustentáveis alinhadas às expectativas e necessidades das partes interessadas.

g) Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital está em conformidade com as normas vigentes e visando os objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

Alinhado ao planejamento estratégico, o plano de capital é realizado analisando uma perspectiva de no mínimo 36 meses, considerando metas, projeções, e cenários de estresse, proporcionando condições de se antecipar às situações desfavoráveis e se preparar para o impacto de um novo projeto.



**Raquel Helena de
Souza Ferreira**

Conselheira Presidente
CPF 228.489.912-91



**Rodrigo Cassiano
dos Santos**

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15



Acesse nosso site!
www.credisis.com.br